JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.24 06:52:31 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 24 de agosto de 2022 • Nº 1384 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

EM 4 ANOS

Siderúrgicas preveem investir R$ 52 bilhões

O presidente da Arcellor Mittal no Brasil, Jefferson de Paula, diz que os investimentos previstos pelo setor siderúrgico para os próximos anos independem do resultado das eleições deste ano. Paula assumiu ontem a presidência do conselho diretor do Instituto Aço Brasil, que representa 31 usinas siderúrgicas de 12 grupos industriais. O setor projeta investir R$ 52 bilhões nos próximos quatro anos. O dinheiro deve ser usado em melhora no mix de produtos, ganho de eficiência e aumento do valor agregado dos produtos. Em dez anos, o segmento espera investir R$ 158 bilhões, segundo o Marcos Faraco, então presidente do conselho diretor da entidade setorial e vice-presidente da Gerdau. O setor de aço também espera conseguir dobrar o consumo interno do material no mesmo período. PÁGINA 2

SERVIDORES

Bolsonaro reduz ainda mais reserva para reajuste

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve propor, no envio da peça orçamentária de 2023, uma reserva para reajustes do funcionalismo do Poder Executivo menor do que o valor sinalizado inicialmente às categorias. O volume de recursos carimbados para essa finalidade deve ficar em R$ 10,5 bilhões –corte de 10,3% em relação aos R$ 11,7 bilhões anunciados no envio da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, no último mês de abril. Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, a reserva diminuiu depois que a previsão de gastos com outras despesas obrigatórias acabou ficando maior do que o projetado. Apesar do valor menor, a manutenção da reserva é vista dentro do governo como uma indicação importante, após uma série de manifestações e paralisações deflagradas por diferentes categorias. Bolsonaro havia prometido elevar salários de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional já neste ano. PÁGINA 2

CADEIA NELS

Moraes abre inquérito e coloca PF atrás de empresários golpistas

NELSON JR/STF

A operação da Polícia Federal contra empresários bolsonaristas que defenderam um golpe de estado caso o ex-presidente Lula vença as eleições enfureceu ministros e estrategistas da campanha do presidente Jair Bolsonaro. Entre os alvos da operação estão amigos pessoais do presidente, como o empresário Luciano Hang, da Havan, e o construtor Meyer Nigri, da Tecnisa. Foram alvo da PF também José Isaac Peres, da rede de shopping Multiplan, Ivan Wrobel, da Construtora W3, José Koury, do Barra World Shopping, André Tissot, do Grupo Sierra, Meyer Nigri, Marco Aurélio Raimundo, da Mormaii, e Afrânio Barreira, do Grupo Coco Bambu. Um integrante do governo afirmou que ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes (**foto**), que determinou a busca e apreensão, deu um "tiro no pé". PÁGINA 3

SUBPREFEITURA

Operação prende dois por venda de alvarás em SP

PÁGINA 3

RIO

TJ tem 1ª ação por violência política de gênero do País

PÁGINA 4

SENADO

Concurso para cargo com salário de até R$ 33 mil

As inscrições para concurso público do Senado começam ontem. São 22 vagas para nível superior, com remuneração de até R$ 33.461,68. As inscrições podem ser feitas no site https://conhecimento.fgv.br/concursos/senado22. O concurso servirá à formação de cadastro de reserva e preenchimento de 22 vagas, distribuídas entre diferentes cargos e especialidades, sendo: - 11 para analista legislativo, para as especialidades de administração (2), arquivologia, assistência social, contabilidade, enfermagem, engenharia eletrônica e telecomunicações. PÁGINA 2

CONSTRUÇÃO CIVIL

Lula promete a empresários retomar Minha Casa, Minha Vida

Em encontro com empresários da construção civil no início da noite desta terça-feira, o candidato a presidente da República e ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), afirmou que vai retomar o programa Minha Casa, Minha Vida se voltar ao mais alto cargo do Planalto. "Se a gente ganhar as eleições, a primeira coisa que eu quero fazer e dizer para vocês é que o Minha Casa, Minha Vida vai voltar a ser um programa de governo." "Porque quem está sendo prejudicado neste momento é exatamente a parte de renda mais baixa", disse Lula. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 2,13% / 112.857,10 / 2.356,57 / Volume: 23.816.082.526 / Quantidade: 3.440.330

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AMERICANAS ON NM	18.50	+15.91	+2.54
MELIUZ ON NM	1.290	+9.32	+0.110
USIMINAS PNA N1	9.71	+9.72	+0.86
SID NACIONALON	16.24	+9.29	+1.38
MAGAZ LUIZA ON NM	4.15	+8.64	+0.33

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MULTIPLAN ON N2	25.10	–2.56	–0.66
CCR SA ON NM	13.98	–1.62	–0.23
JBS ON NM	31.37	–1.29	–0.41
CIELO ON NM	5.52	–1.08	–0.06
IGUATEMI S.AUNT N1	20.450	–1.35	–0.280

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON EDJ NM	70.21	+6.41	+4.23
PETROBRAS PN EDJ N2	33.44	+3.18	+1.03
AMERICANAS ON NM	18.50	+15.91	+2.54
MAGAZ LUIZA ON NM	4.15	+8.64	+0.33
PETROBRAS ON EDJ N2	37.22	+3.76	+1.35

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.909,59	-0,47
NASDAQ Composite	12.381,3	+0,00
Euro STOXX 50	3.648	-0,15
CAC 40	6.362,02	-0,26
FTSE 100	7.488,11	-0,61
DAX 30	13.194,23	-0,27

Salário mínimo	R$ 1.212,00	**IGP-M**	0,21% (jul.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	-0,68% (jul.)	Compra: 5,1079	Venda: 5,2879
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(3/8)	13,75%	0,86	até o dia 23/ago	Compra: 5,1024	Venda: 5,1030
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(24/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 283,00	Compra: 5,0684	Venda: 5,0990
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,0821	Venda: 5,0827	Compra: 5,1063	Venda: 5,2863

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe 2,13% puxada por varejo e commodities; dólar cai

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A divulgação de indicadores econômicos fracos nos Estados Unidos fez o dólar cair e fechar abaixo de R$ 5,10 pela primeira vez em uma semana. Beneficiada pelo lucro de empresas varejistas e pela recuperação das commodities (bens primários com cotação internacional), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu mais de 2%, após duas quedas seguidas.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,099, com recuo de R$ 0,067 (-1,31%). A cotação iniciou o dia em leve baixa, mas acelerou a queda após dados mostrarem desaceleração na atividade econômica norte-americana.

No menor nível desde 15 de agosto, o dólar acumula queda de 1,45% em agosto. Em 2022, o recuo chega a 8,55%.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 112.857 pontos, com alta de 2,13%. O indicador descolou-se das bolsas norte-americanas, que caíram com a desaceleração econômica nos Estados Unidos.

Indicadores divulgados ontem mostraram que o índice de atividade de negócios no setor privado nos Estados Unidos registrou o nível mais baixo em 18 meses.

Em relação à bolsa, o agravamento da seca na China ajudou o mercado de ações brasileiros. Isso porque aumentaram as expectativas de que o Brasil exporte mais comida para o país asiático.

AÇO BRASIL

Siderúrgicas preveem investir R$ 52 bi em 4 anos

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

O presidente da Arcellor Mittal no Brasil, Jefferson de Paula, diz que os investimentos previstos pelo setor siderúrgico para os próximos anos independem do resultado das eleições deste ano.

Paula assumiu ontem a presidência do conselho diretor do Instituto Aço Brasil, que representa 31 usinas siderúrgicas de 12 grupos industriais.

O setor projeta investir R$ 52 bilhões nos próximos quatro anos. O dinheiro deve ser usado em melhora no mix de produtos, ganho de eficiência e aumento do valor agregado dos produtos.

Em dez anos, o segmento espera investir R$ 158 bilhões, segundo o Marcos Faraco, então presidente do conselho diretor da entidade setorial e vice-presidente da Gerdau.

O setor de aço também espera conseguir dobrar o consumo interno do material no mesmo período. O Brasil tem hoje um consumo de aço considerado baixo pelo setor, de cerca de 125 quilos por habitante, enquanto países desenvolvidos registram cerca de 230 quilos por habitante.

"Tivemos reformas importantes, como a trabalhista e da previdência. Os governos vieram evoluindo. Tivemos teto de gastos, privatizações, marco do saneamento, lei geral do gás. A gente acredita que há condições de crescer", disse.

Segundo o executivo do setor siderúrgico, as empresas não trabalham "com governo A ou B", mas com a expectativa de novas reformas tributária e administrativa.

A Aço Brasil promoveu ontem um congresso para discutir as perspectivas para o setor.

R$ 1,697 BI

Highline vence leilão e arremata torres de telefonia fixa da Oi

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio, homologou, em leilão realizado na segunda-feira passada, a compra de 8 mil torres de telefonia fixa da operadora Oi. A vencedora foi a empresa NK 108 Empreendimentos e Participações S.A., afiliada da Highline Brasil.

O valor da compra, R$ 1,697 bilhão, havia sido oferecido em proposta pública vinculante que tinha sido juntada ao processo de recuperação judicial, uma vez que os envelopes apresentados no leilão pelas empresas American Tower e IMS Brasil não continham qualquer proposta.

A venda das torres, agregadas em uma sociedade de propósito específico chamada "SPE Torres 2", é parte do processo de recuperação judicial da operadora.

Após manifestações favoráveis à homologação da proposta da NK 108, do Administrador Judicial, representado na audiência pelos advogados Adriana Conrado Zamponi e Igor Garbois Fernandes Ribeiro e do promotor Leonardo Araújo Marques, pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, o juiz Fernando Viana deliberou pela homologação

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Segundo o Tribunal de Justiça do Rio, a operadora Oi entrou em recuperação judicial em 2016, depois de acumular dívida bruta de R$ 64 bilhões com 55 mil credores.

Em dezembro de 2020, um consórcio formado pelas empresas Vivo, Claro e Tim apresentou proposta para assumir a operação de telefonia móvel da Oi. Em julho deste ano, a 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro expediu a carta de arrematação que consolida a venda da rede móvel da Oi para o consórcio.

O processo envolve ainda a venda de outros ativos, como imóveis da operadora e a divisão da Oi especializada em fibra ótica.

2023

Bolsonaro reduz para R$ 10,5 bi reserva para reajuste de servidores

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve propor, no envio da peça orçamentária de 2023, uma reserva para reajustes do funcionalismo do Poder Executivo menor do que o valor sinalizado inicialmente às categorias. O volume de recursos carimbados para essa finalidade deve ficar em R$ 10,5 bilhões –corte de 10,3% em relação aos R$ 11,7 bilhões anunciados no envio da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, no último mês de abril.

Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, a reserva diminuiu depois que a previsão de gastos com outras despesas obrigatórias acabou ficando maior do que o projetado. Apesar do valor menor, a manutenção da reserva é vista dentro do governo como uma indicação importante, após uma série de manifestações e paralisações deflagradas por diferentes categorias.

Bolsonaro havia prometido elevar salários de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) já neste ano. O Orçamento de 2022 reservava R$ 1,7 bilhão para atender a essas carreiras, mas a concessão localizada despertou a ira de outras categorias. O presidente chegou a dar o sinal verde para um reajuste linear de 5% para o funcionalismo como alternativa para atenuar a insatisfação geral, mas o custo seria de R$ 7 bilhões apenas no Executivo. Sem espaço para cortes em outras áreas, a ideia acabou sendo abandonada.

Agora, o chefe do Executivo renovou a promessa de reajuste, que tem sido usada como aceno a categorias que integram sua base de apoiadores no momento em que ele busca a reeleição.

A reserva por si só, porém, não é suficiente para assegurar o aumento, que precisa ser encaminhado em um projeto específico. A proposta orçamentária tampouco detalha o formato do reajuste. Fontes do governo afirmam que os aumentos podem ser seletivos, isto é, para algumas carreiras. O governo também estuda usar a inflação prevista para 2023 como referência para os reajustes, dado que ela será menor do que a deste ano. Apesar das estimativas, o cenário ainda é de muita incerteza sobre o desenho final do Orçamento a ser aprovado pelo Congresso. Técnicos sabem que a proposta que sairá do Executivo em 31 de agosto será bastante alterada, na esteira do resultado das eleições.

Auxílio Brasil de R$ 600 deve levar a nova regra fiscal Os dois principais candidatos ao Palácio do Planalto, Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já prometeram manter o valor mínimo de R$ 600 aos beneficiários do Auxílio Brasil, previsto para acabar em 31 de dezembro deste ano.

A prorrogação do adicional de R$ 200 tem um custo de R$ 52 bilhões e não cabe no atual limite de gastos dado pelo teto –regra que limita o avanço das despesas à inflação. Embora o assunto seja considerado delicado, nos bastidores há o reconhecimento de que a promessa de manter o Auxílio Brasil em R$ 600 deve levar a uma discussão de suavização da regra fiscal.

Antes de isso acontecer, porém, o Orçamento será encaminhado com uma previsão de R$ 106 bilhões para o Auxílio Brasil, o que garante o pagamento de R$ 400 às 20,2 milhões de famílias atendidas atualmente pelo programa.

Tecnicamente, o Executivo é obrigado a seguir os marcos legais em vigor, como o teto de gastos. Há o temor entre auxiliares do presidente de que a ausência de previsão de recursos para honrar as promessas seja um ponto explorado politicamente por opositores durante a campanha.

Por isso, a estratégia da ala política é incluir, na mensagem presidencial que acompanha a proposta de Orçamento, a promessa de que o valor do Auxílio Brasil será mantido em R$ 600.

IR

Receita libera consulta ao 4º lote de restituição do Imposto de Renda

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir das 10h desta quarta-feira, o contribuinte que entregou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física até o fim de maio poderá consultar o quarto dos cinco lotes de restituição de 2022. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 4.462.564 contribuintes receberão R$ 6 bilhões. Desse total, R$ 265.909.045,61 serão pagos aos contribuintes com prioridade legal, sendo 7.855 idosos acima de 80 anos de idade; 60.575 entre 60 e 79 anos; 5.514 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 25.854 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

O restante do lote será destinado a 4.362.766 contribuintes não prioritários que entregaram declarações de exercícios anteriores até 30 de maio deste ano.

O dinheiro será pago em 31 de agosto. A consulta pode ser feita na página da Receita Federal da internet. Basta o contribuinte clicar no campo "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Consultar Restituição". A consulta também pode ser feita no aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para os smartphones dos sistemas Android e iOS.

A consulta no site permite a verificação de eventuais pendências que impeçam o pagamento da restituição – como inclusão na malha fina. Caso uma ou mais inconsistências sejam encontradas na declaração, basta enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes.

NÍVEL SUPERIOR

Senado abre concurso a cargo com salário de até R$ 33 mil

As inscrições para concurso público do Senado Federal começam ontem às 16h. São 22 vagas para nível superior, com remuneração de até R$ 33.461,68. As inscrições podem ser feitas no site https://conhecimento.fgv.br/concursos/senado22.

O concurso servirá à formação de cadastro de reserva e preenchimento de 22 vagas, distribuídas entre diferentes cargos e especialidades, sendo:

- 11 para analista legislativo, para as especialidades de administração (2), arquivologia, assistência social, contabilidade, enfermagem, engenharia eletrônica e telecomunicações, engenharia do trabalho, processo legislativo, informática legislativa com foco em análise de sistemas e informática legislativa com foco em análise de suporte de sistemas
- 1 para analista legislativo, para a especialidade de registro e redação parlamentar
- 1 para advogado
- 2 para consultor legislativo, para as especialidades de assessoramento legislativo, com foco em direito do trabalho e direito previdenciário e assessoramento em orçamentos, com foco em orçamento e direito financeiro
- 7 para técnico legislativo, para a especialidade de policial legislativo

Os salários variam entre R$ 19.427,79 para o cargo de técnico legislativo, R$ 25.897,76 para o cargo de analista legislativo e R$ 33.461,68 para os cargos de advogado e consultor legislativo.

O concurso tem validade de dois anos a partir da publicação do resultado final, com possibilidade de prorrogação.

Segundo os editais, no mínimo 5% das vagas serão reservadas a pessoas com deficiência e 20% a pessoas negras.

Veja calendário e regras para o concurso do Senado? As inscrições vão das 16h do dia 23 de agosto às 16h do dia 21 de setembro.

Para se inscrever, preencha o requerimento de inscrição em https://conhecimento.fgv.br/concursos/senado22, imprima a Guia de Recolhimento da União que será disponibilizada e realize seu pagamento em qualquer banco, casa lotérica ou Correios até o dia 23 de setembro.

A taxa de inscrição é de R$ 73 para o cargo de analista legislativo, R$ 94 para os cargos de advogado e de consultor legislativo, e de R$ 55 para o cargo de técnico legislativo. É possível solicitar isenção.

Para todos os cargos, serão realizadas prova objetiva e prova escrita discursiva. Além disso, haverá prova prática de taquigrafia para o cargo de analista legislativo e prova de títulos para os cargos de advogado e de consultor legislativo. Para o cargo de técnico legislativo - policial legislativo, haverá ainda exame de sanidade física e mental, teste de aptidão física, exame psicotécnico e sindicância de vida pregressa e investigação social.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 15º 5% 06:23 17:52 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

CADEIA NELES

Moraes dribla PGR e põe PF atrás de empresários golpistas

O inquérito usado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes para determinar busca e apreensão contra empresários bolsonaristas, ontem, se manteve em um drible do magistrado a pedido feito em 2021 pela PGR (Procuradoria-Geral da República) para encerrar investigações.

Os empresários passaram a ser investigados por defenderem golpe de Estado em uma rede de mensagens privadas.

O drible se deu em 2021, quando a Procuradoria solicitou ao STF o encerramento da apuração sobre os atos antidemocráticos com o argumento de que os investigadores não encontraram provas contra autoridades com foro especial.

O caso apurava o envolvimento de deputados apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) na organização de movimentos que pediam o fechamento do Congresso e do STF, além da volta do regime militar.

À época, Moraes atendeu ao pedido da PGR pelo arquivamento, mas adotou um drible e determinou a abertura de outra investigação para apurar a existência de uma organização criminosa digital que também atacava instituições democráticas.

Na decisão pela abertura de novo inquérito, o magistrado alegou ser necessário aprofundar as investigações para verificar se aliados de Bolsonaro usaram a estrutura pública do Palácio do Planalto, da Câmara e do Senado para propagar ataques às instituições nas redes sociais.

Moraes fez referência ao deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) 12 vezes. O ministro mencionou ainda o chefe do Executivo e outros dois filhos dele, o senador Flávio (PL-RJ) e o vereador Carlos (Republicanos-RJ), ao abordar a análise que a Polícia Federal fez sobre contas inautênticas derrubadas pelo Facebook.

Moraes também justificou sua decisão ao defender que os eventos identificados pela PF teriam de ficar no STF em vez de serem remetidos à primeira instância.

Com a abertura da nova frente de apuração, Moraes encontrou uma forma de manter a investigação contra expoentes do movimento bolsonarista que costumam atacar as instituições, apesar de a PGR ter solicitado o encerramento do caso perante o Supremo.

Além da ação nesta terça, Moraes também autorizou que os empresários sejam ouvidos pela PF e o bloqueio de suas respectivas redes sociais.

Entre os alvos estão Luciano Hang, da Havan, José Isaac Peres, da rede de shopping Multiplan, Ivan Wrobel, da Construtora W3, José Koury, do Barra World Shopping, André Tissot, do Grupo Sierra, Meyer Nigri, da Tecnisa, Marco Aurélio Raymundo, da Mormaii, e Afrânio Barreira, do Grupo Coco Bambu.

Os empresários teriam defendido golpe de Estado em um grupo de mensagens privadas, o que eles negam. As conversas foram relevadas pelo site Metrópoles.

Em uma das mensagens reveladas pelo portal, o empresário José Koury diz preferir um golpe à volta do PT e que "ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil" caso o país vire uma ditadura.

O pedido de arquivamento feito pela PGR ocorreu em junho do ano passado, a menos de dois meses da abertura de uma vaga no STF. O chefe da Procuradoria, Augusto Aras, fazia campanha para ser indicado.

Aras, porém, foi preterido por Bolsonaro, que indicou o ex-advogado-geral da União André Mendonça.

O chefe da Procuradoria demonstrou irritação com a operação desta terça. Segundo relatos, ele avaliou que o gesto de Moraes, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), pode implodir os esforços de atores do Executivo e do Judiciário em busca de um acordo de harmonia, que faça Bolsonaro cessar declarações golpistas e contra as cortes.

OPERAÇÃO

MP prende dois por venda de alvarás na subprefeitura da Lapa

O Ministério Público de São Paulo realizou ontem uma operação contra um suposto esquema de venda de alvarás para eventos na subprefeitura da Lapa, na zona oeste de São Paulo.

Duas pessoas, um coordenador e uma assessora, foram presas temporariamente. Os nomes estão em segredo de Justiça.

Agentes do Gedec (Grupo de Atuação Especial de Repressão a Delitos Econômicos) e do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) cumpriram quatro mandados de busca e apreensão.

Além da sede da subprefeitura, as buscas foram feitas em três residências no Tatuapé, na Penha e na Lapa, onde foram apreendidos mais de R$ 30 mil e US$ 12 mil (cerca de R$ 62 mil) em dinheiro.

Investigações da operação, chamada Vesúvio, indicaram a suposta exigência de vantagens indevidas para a expedição de alvarás de autorização para eventos na área abrangida pela repartição, sobretudo no bairro da Pompeia.

A denúncia foi feita pelo vereador Delegado Palumbo (MDB) no último mês de abril. Um mês depois, foi efetuada a prisão em flagrante e, posteriormente, exoneração de uma funcionária da subprefeitura que supostamente recebia pagamento de um comerciante.

Procurada, a subprefeitura da Lapa não se pronunciou até a publicação da reportagem.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo afirma que colabora com as investigações desde a prisão da funcionária, que foi "imediatamente exonerada da função de confiança".

"A Prefeitura reafirma o seu repúdio a qualquer tipo de irregularidade, lamenta que servidores de carreira se envolvam em atos ilícitos, reitera que a punição será exemplar dentro dos limites da legalidade e se mantém à disposição da polícia e das autoridades competentes", diz o texto divulgado por meio da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

As subprefeituras da cidade de São Paulo descentralizam as funções do Executivo paulistano, sendo descritas pela prefeitura como "pequenos municípios" dentro da capital. São, em princípio, uma forma de aproximar a população da gestão e atender as demandas locais.

São Paulo possui 32 subprefeituras, que administram os 96 distritos do município. A da Lapa atende ao distrito de mesmo nome, além das áreas da Barra Funda, Jaguara, Jaguaré, Perdizes e Vila Leopoldina.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Lula promete a empresários retomar Minha Casa, Minha Vida

ANA PAULA BRANCO/FOLHAPRESS

Em encontro com empresários da construção civil no início da noite desta terça-feira, o candidato a presidente da República e ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que vai retomar o programa Minha Casa, Minha Vida se voltar ao mais alto cargo do Planalto.

"Se a gente ganhar as eleições, a primeira coisa que eu quero fazer e dizer para vocês é que o Minha Casa, Minha Vida vai voltar a ser um programa de governo."

"Porque quem está sendo prejudicado neste momento é exatamente a parte de renda mais baixa, que é mais vulnerável e a que mais precisa de casa neste país", afirmou em coletiva antes da reunião.

O programa habitacional foi uma das marcas do governo Lula e fazia parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que num eventual novo mandato do petista deverá ganhar um selo ambiental, com foco na descarbonização.

Dedicado a construções de casas para famílias de baixa renda que não alcançavam condições de financiar um imóvel próprio, o Minha Casa, Minha Vida reduziu prazos, alíquotas e criou novas linhas de financiamento.

Ele foi extinto no ano passado, quando o atual presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, criou o programa substituto Casa Verde e Amarela.

Ao extinguir o Minha Casa, Minha Vida, o governo Bolsonaro acabou com as condições dadas à faixa 1 do antigo programa de marca petista. Esse segmento era para famílias com renda bruta de até R$ 1.800 por mês (valor usado em 2020), que poderiam assinar contratos com subsídio de até 90% do valor do imóvel, sem juros.

"O Estado precisa se cercar de possibilidade econômica e utilizar os seus bancos para ajudar, através do Orçamento da União ou através de financiamento garantir que as casas possam ser construídas", disse Lula.

Lula disse ainda que, se ganhar a eleição, na primeira semana após a posse, quer se reunir com todos os governadores.

"Quero que cada governador indique quais são os três ou quatro projetos mais importantes de infraestrutura do seu estado. Possivelmente depois a gente se reúna com os prefeitos das capitais", disse Lula.

O objetivo, afirmou o petista, é iniciar um grande programa de financiamento.

"Tem muitas obras que foram paralisadas depois que o PAC deixou de ser alimentado como uma política pensada e levada a cabo pelo governo. Vamos retomar todas as obras que tiverem condições de serem retomadas."

Aloisio Mercadante, que acompanhou Lula no encontro junto ao vice da chapa, Geraldo Alckmin, disse ainda que um eventual novo governo federal petista irá reaquecer o FGTS (fundo de garantia), após os seguidos e recentes saques liberados aos trabalhados em caráter de emergência.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula reafirmou o projeto de campanha de gerar empregos e reduzir impostos.

"Temos uma agenda de futuro que a gente pode discutir em termos de reforma tributária. Como ter uma estrutura mais simples, mais eficiente, que desburocratize a vida das empresas, reduza custos, reduza impostos sobre folha de pagamentos ao mesmo tempo, do nosso ponto de vista, que tenha progressividade", disse Lula.

"Temos que reduzir impostos indiretos e aumentar impostos sobre a renda e a riqueza. Especialmente sobre a renda", afirmou Mercadante antes de passar o microfone para Lula.

EXCLUSIVIDADE

Faixa azul para motos começa a ser instalada na Bandeirantes

A instalação da faixa azul exclusiva para motos na avenida dos Bandeirantes, em São Paulo, começou ontem. A via terá extensão de 8,5 km em cada sentido. O trecho em que a motofaixa está sendo implantada fica entre a marginal Pinheiros e o viaduto Ministro Aliomar Baleeiro, próximo ao bairro Vila da Saúde, na zona sul.

A avenida dos Bandeirantes é uma das vias que dá acesso ao aeroporto de Congonhas e liga a marginal Pinheiros às rodovias Anchieta e Imigrantes. O primeiro sentido a receber a faixa azul será o que vai da marginal ao complexo viário Maria Maluf. Ao todo, serão 17 km de novas faixas nos dois sentidos. Os motociclistas, porém, não são obrigados a circular apenas pela faixa exclusiva. De acordo com a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), passam pela Bandeirantes mais de 1.600 motos por hora no horário de pico.

A faixa azul é parte de um projeto que visa diminuir os acidentes e, também, a lentidão. Desde que a motofaixa foi instalada na avenida 23 de Maio, nenhum motociclista morreu e a lentidão caiu 55% na via, segundo a CET. Inaugurado em janeiro de 2022, o trecho vai da praça da Bandeira ao complexo viário João Jorge Saad. A expansão do projeto para as avenidas Tiradentes, Prestes Maia e Rubem Berta foi autorizada pela Secretaria Nacional de Trânsito no último dia 5 de agosto.

TSE

Moraes recebe Defesa em meio a pedidos de militares

Novo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o ministro Alexandre Moraes recebeu ontem o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e o diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira. Moraes ainda vai receber comandantes das Polícias Militares hoje. Eles ainda não foram informados sobre a pauta do encontro com o magistrado, segundo apurou a Folha de S.Paulo. Há receio entre integrantes do tribunal de que o alinhamento dos policiais ao presidente Jair Bolsonaro (PL) tumultue as eleições.

Os encontros ocorrem no momento em que o governo tem expectativa de emplacar mudanças no processo eleitoral sugeridas pelas Forças Armadas. Ainda há receio de radicalização de policiais

O TSE simulou na semana passada a reformulação do teste de integridade feito nas urnas na data da eleição, principal pleito dos militares.

DISPAROS EM MASSA

PT recorre em ação e volta a pedir cassação de Bolsonaro

JULIA CHAIB E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O PT pediu novamente ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que declare a perda do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL), por meio de recursos apresentados em duas ações sobre a cassação da chapa vencedora nas eleições de 2018 rejeitadas pelo tribunal em outubro do ano passado.

Os advogados da chapa formada nas últimas eleições presidenciais por Fernando Haddad (PT) e Manuela d´Ávila (PCdoB) avaliaram, porém, que houve contradições no julgamento do tema e resolveram apresentar os chamados embargos de declaração.

O primeiro recurso foi apresentado na segunda-feira passada e o segundo deve ser protocolado até hoje. Nas peças, a defesa solicita ao tribunal a cassação da chapa de Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) por abuso de poder econômico e político e uso indevido dos meios de comunicação, com a consequente perda dos direitos políticos de ambos.

As duas ações analisadas pelo TSE foram apresentadas pelo PT depois de a Folha revelar que empresas compraram pacotes de disparos em massa de mensagens, via WhatsApp, contra os candidatos da coligação liderada pelo partido.

Embora o julgamento tenha sido concluído em 2021, os acórdãos, documentos que contêm o teor da decisão e os votos do plenário da corte, só foram publicados na semana passada. O prazo para que a defesa recorresse terminou nesta segunda para uma das ações. Em outra, o limite para o protocolo de recurso vai até hoje.

A maioria dos ministros do TSE concluiu que foi comprovada a existência de um esquema ilícito de propagação de notícias falsas via WhatsApp para beneficiar Bolsonaro nas eleições passadas; mas houve um entendimento, por unanimidade, de que não foi possível comprovar a gravidade da situação a ponto de cassar a chapa vitoriosa do pleito presidencial.

Uma das contradições apontadas pelos advogados nos recursos diz respeito ao fato de o tribunal ter reconhecido que houve disparos ilegais, sem no entanto aplicar sanções contra Bolsonaro e Mourão.

"A ilicitude reconhecida no acórdão teve como consequência clara o prejuízo à isonomia eleitoral, em contrariedade à paridade de armas, uma vez que os candidatos da coligação requerente - conforme reconhecido pelo acórdão- foram alvo de disseminação em massa de desinformação do pleito eleitoral de 2018", alegam os advogados do PT.

A defesa ainda argumenta que houve uma contradição dos ministros do TSE ao negarem um pedido para que houvesse mais tempo para formulação de provas, enquanto a razão para que os magistrados não acatassem a ação tenha sido a inexistência de evidências que comprovem o dano que os disparos tiveram na eleição.

CÂMERAS EM PMs

Secretaria firma convênio de R$ 18 mi

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

A SSP (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo) assinou um convênio de cooperação científica que permitirá o estudo, pelos próximos cinco anos, do impacto das câmeras corporais usadas por policias militares no estado de SP.

O projeto será realizado em parceria com a USP (Universidade de São Paulo), a FGV (Fundação Getúlio Vargas) e a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Com R$ 18,6 milhões em recursos, o convênio tem como objetivo desenvolver ferramentas de inteligência artificial para "aprimorar a capacidade das polícias em prevenir e controlar o crime e a violência" e permitirá acesso às gravações dos equipamentos usados pelos PMs.

A Fapesp e a FGV serão responsáveis pelo aporte de recursos financeiros do projeto.

Os pesquisadores irão coletar, tratar e organizar bases de dados sobre ocorrências criminais e atuação policial, conduzir estudos de programas de segurança pública e desenvolver algoritmos para identificar padrões de locais, pessoas e comportamentos criminais.

"As câmeras corporais vieram para ficar", afirma o secretário da SSP, o general João Camilo Pires de Campos.

E segue: "Elas documentam a legitimidade do trabalho dos policiais, são uma nova ferramenta para os comandantes melhorarem o desempenho da tropa, produzem provas para o sistema de justiça, além de contribuírem para reduzir a letalidade policial e as mortes em serviço."

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 27º 15º 5% 06:09 17:41

RODRIGO AMORIM

TJ abre 1ª ação penal por violência política de gênero no País

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro decidiu ontem abrir a primeira ação penal no país pelo crime de violência política de gênero, tipificação criada no ano passado.

O réu é o deputado estadual Rodrigo Amorim (PTB-RJ)), acusado pela Procuradoria Eleitoral de proferir um discurso que assediou, constrangeu e humilhou Benny Briolly (PSOL-RJ), vereadora em Niterói, por sua condição de mulher trans.

Em discurso na Assembleia Legislativa, Amorim chamou Briolly de "aberração da natureza", "boizebu", entre outras ofensas.

A desembargadora Katia Junqueira, relatora do processo, negou pedido da defesa do deputado para negar a abertura da ação penal sob alegação da imunidade parlamentar.

"Não há como se conceber o manejo de uma garantia inerente à democracia para ofender o seu principal fundamental, qual seja, a dignidade da pessoa humana. Na linha da jurisprudência construída pelo STF, tanto a liberdade de expressão como a inviolabilidade parlamentar não se compatibilizam com o discurso de ódio, o ato discriminatório e o preconceito", afirmou a magistrada.

Na acusação, a Procuradoria Eleitoral afirmou que Amorim teve "o claro propósito de dificultar o desempenho do mandato eletivo da parlamentar", condição para denúncia do tipo.

"O acusado buscou menosprezar a parlamentar, chamando-a de aberração entre outras ofensas, para tirar dela a legitimidade de propor e defender pautas de gênero", disse a procuradora Neide de Oliveira.

Amorim ficou nacionalmente conhecido na campanha de 2018 ao quebrar a placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada a tiros em março daquele ano em crime cujo mando ainda não foi esclarecido.

Durante a sessão que instaurou a ação penal, o advogado Rodrigo Barroso, que representava Amorim, alegou que o deputado conta com imunidade parlamentar. Afirmou também que, caso a prerrogativa não fosse considerada, o caso tratava-se apenas de uma possível injúria, e não crime de violência política de gênero.

Briolly comemorou o resultado em seus redes sociais: "Viva a luta das mulheres!"

O crime de violência política de gênero foi criado em agosto de 2021 na Lei 14.192, uma vitória da bancada feminina no Congresso. A legislação estabelece regras para prevenir, reprimir e combater a violência política contra mulheres, alterando o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a das Eleições.

A eleição de outubro 2022 é a primeira em que é considerado crime assédio, constrangimento, humilhação, perseguição e ameaça de uma candidata ou a uma política já eleita. Ainda estabelece que é ilegal atuar com menosprezo ou discriminação à condição de mulher, sua cor, raça ou etnia.

A punição é de até quatro anos de prisão e multa. Se a violência ocorrer pela internet, a pena é mais dura, podendo chegar a seis anos.

Qualquer candidato ou político pode ser vítima de violência política, um ato que tenta minar uma candidatura com ameaça e intimidação, de forma organizada ou não. A segmentação do gênero, entretanto, foi resultado dos debates sobre igualdade de gênero na política e os efeitos da violência em candidaturas femininas, bem como nas da população LGBTQIA+, de negros e indígenas.

A lei brasileira considera a violência política contra a mulher "toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher".

Ela garante, também, que sejam cumpridos os direitos de participação política da mulher, "vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça".

ARGENTINA

Cristina aponta parcialidade da Justiça após pedido de prisão

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

A vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, realizou ontem uma transmissão ao vivo nas redes sociais para se defender do pedido de prisão feito pelo Ministério Público.

Em ação que ainda será julgada, com possibilidade de recurso, o promotor Diego Luciani solicitou também a inabilitação de Cristina de modo definitivo para concorrer a cargos públicos e sentenças para outros oito acusados por corrupção.

A vice-presidente decidiu fazer uma transmissão nas redes sociais depois de ver negado pelo juiz seu pedido para voltar a se defender nos tribunais nesta terça-feira. Sua defesa formal no processo havia sido apresentada em 2019 -na ocasião, ela se recusou a responder a perguntas, insultou promotores e levantou-se antes do fim da sessão.

Pela manhã, a ex-mandatária deixou o edifício onde vive em Buenos Aires, no bairro da Recoleta, aplaudida por apoiadores, que tiravam selfies e gritavam "Cristina presidente". Ao chegar ao Senado, começou a transmissão ao vivo, em que comentou reportagens de jornais e mostrou o que seriam conversas entre políticos rivais que, segundo ela, indicavam que o julgamento vinha sendo marcado por decisões de grupos ligados à oposição.

O processo no qual Luciani pediu a pena de prisão para Cristina está ligado a uma acusação de associação ilícita e fraude ao Estado. A vice-presidente é acusada de chefiar o esquema e, por meio dele, favorecer o empresário Lázaro Báez - que ganhou dezenas de concessões de obras públicas desde a ascensão ao poder do ex-presidente e ex-governador Néstor Kirchner, morto em 2010.

Báez também está sendo processado e já cumpriu parte de uma sentença por desvio de verbas em outro processo.

"Nada do que os promotores disseram foi provado. Ao contrário, muito do que disseram na verdade foi o oposto do que ocorreu", afirmou Cristina na live. Ela fez acusações ao braço direito de Mauricio Macri, Nicolás Caputo, mostrando mensagens que provariam uma atuação dele para livrar o ex-mandatário de acusações de corrupção em seu governo.

A vice-presidente ainda chamou o sistema judicial argentino de corrupto e tendencioso. "Só protege a eles (oposição), por isso não sabemos onde estão os US$ 45 bilhões que Macri pediu ao FMI nem porque ele espionou os familiares das vítimas do ARA San Juan", disse.

A fala fez referência ao acordo do país com o fundo, que foi confirmado pelo governo de Alberto Fernández, contando com oposição de Cristina; e a uma ação na qual o ex-presidente se tornou réu, envolvendo as 44 vítimas do naufrágio de um submarino em 2017.

Cristina ainda acrescentou: "Querem me condenar por 12 anos porque foram 12 anos os que governamos a Argentina com sucesso (referindo-se a seu período e o de Néstor). Mas, se eu nascesse 20 vezes, faria o mesmo 20 vezes. Não posso respeitar um tribunal que está atuando com base no lawfare (uso da lei para perseguição política)".

Do lado de fora, militantes acompanharam o discurso por celular e gritavam em apoio à ex-mandatária. Associações peronistas, como o La Cámpora e a Juventude Peronista, estavam presentes.

O caso agora segue para avaliação dos juízes -se condenada, Cristina poderá recorrer. Espera-se que a sentença seja dada em dezembro.

ATENTADO

Rússia diz que 'não haverá piedade' por morte da filha de nacionalista

O chefe da diplomacia russa, Serguei Lavrov, afirmou ontem que não haverá nenhuma piedade para os assassinos de Daria Dugina, filha do ideólogo nacionalista pró-Kremlin Alexander Dugin, morta em uma explosão de um carro no fim de semana.

"Foi um crime bárbaro para o qual não pode haver perdão (...) Não pode haver piedade para os organizadores, os patrocinadores e os executores", disse Lavrov em uma entrevista coletiva.

O Serviço Federal de Segurança da Rússia acusa o serviço secreto ucraniano de manipular o carro. Em comunicado divulgado na segunda-feira passada, Moscou diz que o atentado foi planejado por Kiev e executado por uma ucraniana identificada como Natalia Pavlovna Vovk, de 43 anos. A Ucrânia nega envolvimento.

"Ela morreu pelo povo, pela Rússia, no front. O front é aqui", afirmou Dugin no início do funeral da filha, realizado na segunda-feira.

'GURU DE PUTIN'

O filósofo ultranacionalista Alexander Dugin e sua filha Daria Dugina, assassinada em um atentado no sábado passado, compartilhavam a mesma ideologia e gozavam de importante exposição midiática na Rússia, embora suas influências no Kremlin sejam alvo de debate.

Alexander Dugin, de 60 anos, ficou conhecido na Rússia nos anos 1990, no caos intelectual após o colapso do sistema comunista. Durante um tempo, esteve alinhado com o escritor Eduard Limonov, que defendia a existência de um partido de oposição "nacional-bolchevique".

Teórico do neoeurasianismo, corrente de pensamento antiliberal que defende uma aliança entre Europa e Ásia liderada pela Rússia, Dugin é uma figura habitual de programas televisivos, reconhecível por sua longa barba que lhe confere um ar de profeta.

Embora muitos questionem essa afirmação, Dugin se gabou de ser uma espécie de guru ideológico do presidente russo, Vladimir Putin, que transmitiu suas condolências pessoais ao filósofo após a morte de Daria Dugina, de 29 anos, denunciada por Moscou como uma ação do serviço secreto ucraniano.

NOVA IGUAÇU

Polícia encontra dois corpos em buscas por jovens sequestrados

YURI EIRAS/FOLHAPRESS

Agentes da Polícia Civil do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros encontraram em um rio dois corpos durante as buscas por quatro jovens levados há 11 dias em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Homens armados e encapuzados pararam o carro de aplicativo onde eles estavam e sequestraram o grupo. A polícia investiga se eles foram vítimas de milicianos. Na segunda-feira passada, o corpo de Matheus da Costa Silva, 21, foi o primeiro a ser localizado. Parentes que estiveram no Instituto Médico Legal reconheceram a vítima por meio de uma tatuagem. Já a vítima localizada ontem ainda não foi identificada. Ariel Andrade Bastos, 24, Douglas de Paula Pamplona, 22, e Jonathan Alef Gomes, 28, seguem desaparecidos desde o dia 12 de agosto.

No dia do desaparecimento, os quatro amigos saíram de um condomínio no bairro Valverde, em Nova Iguaçu, e estavam em um carro de aplicativo a caminho de um shopping, quando o veículo foi interceptado por homens armados e encapuzados, que os sequestraram, segundo testemunhas. "Matheus era uma criança grande, era amigo de todos. Ele era pintor, mas tinha o sonho de ter um estúdio gráfico, gostava de fazer montagens. Infelizmente tiraram tudo isso dele", lamentou a mãe de Matheus, Ana Maria da Costa, após o reconhecimento no IML. O motorista de aplicativo que transportava o grupo foi localizado pelos investigadores três dias depois do crime. Em depoimento à Polícia Civil, ele afirmou que os jovens foram obrigados a se deitar no chão, tiveram as mãos amarradas e os celulares recolhidos. Os sequestradores obrigaram o motorista a dirigir até o bairro Cabuçu, a cerca de 1 km do local do sequestro, e depois o liberaram.

A principal linha de investigação da Polícia Civil é de que milicianos que atuam na cidade da Baixada Fluminense mataram os jovens e jogaram os corpos em rios. O setor de Descoberta de Paradeiros da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense segue a investigação para localizar as vítimas e apurar as circunstâncias do sequestro.

No último sábado, um tiroteio durante uma operação policial em um sítio de Nova Iguaçu terminou com quatro mortos, todos suspeitos de serem milicianos. Um deles era Delson Lima Neto, o Delsinho, 33, considerado o segundo homem mais importante da milícia local, depois do irmão Danilo Dias Lima.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO SRP 21/2022

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado no Boletim Interno/ESG N° 2, de 06 de jan 2022, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço por Item tendo por finalidade a **contratação de serviço de lavanderia.** A sessão pública será realizada no dia **06 de setembro de 2022, às 10h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/ME nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 33.3.0033445-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Ficam convocados os senhores acionistas da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 7º e 9º andares, bairro Botafogo, CEP 22290-240, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo II, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em assembleia geral ordinária ("AGE") a ser realizada em 6 de setembro de 2022, às 16:00, **NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, que passará da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP 22290-240, para a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040; (ii) aprovar a alteração do prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração de 1 (um) para (dois) anos; (iii) aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações dos itens (i) e (ii); (iv) tomar conhecimento da renúncia do Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes, membro do Conselho de Administração; (v) eleger a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos como membro do Conselho de Administração; (vi) reeleger os demais membros do Conselho de Administração para mandato unificado de 2 (dois) anos, com a indicação do Sr. Rodrigo Costa Rocha para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (vii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas. **A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO,** nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020, mediante utilização da plataforma *Zoom Meetings*, conforme as instruções detalhadas contidas no website da Companhia (http://V2ienergia.com/tpae/) ("Website"). A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro.ext@v2ienergia.com, com antecedência mínima de 30 minutos da realização da AGE (ou seja, até as 15:30 horas - horário de Brasília - de 6 de setembro de 2022), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022. **Rodrigo Costa Rocha** - Presidente do Conselho de Administração

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

EUA

Trump 'levou para casa' mais de 300 documentos

O governo dos Estados Unidos recuperou mais de 300 documentos sigilosos que estavam com o ex-presidente Donald Trump desde que ele deixou o cargo, em 2021. Um primeiro lote, com 150 itens, foi obtido em janeiro de 2022 pelo Arquivo Nacional. O alto volume de documentos levantou suspeitas do Departamento de Justiça e ajudou a incitar uma investigação criminal contra Trump.

As informações são do jornal The New York Times.

Em junho, assessores devolveram outros papéis ao governo e, finalmente, o material foi obtido pelo FBI após a busca e apreensão na mansão de Trump na Flórida.

Ainda não se sabe quais documentos estavam com o ex-presidente, mas o volume de itens sigilosos não reportados e a recusa em devolver os documentos, mesmo após pedidos do Departamento de Justiça, sugere que Trump e seus assessores manuseavam os papéis de forma descuidada.

Em janeiro, o Arquivo Nacional recebeu 15 caixas com documentos que estavam com Trump, incluindo papéis sobre a CIA, Agência de Segurança Nacional e FBI, que mencionavam assuntos de segurança dos Estados Unidos.

Segundo pessoas envolvidas no caso, Trump manuseou as caixas no final de 2021, antes de entregá-las. O aspecto sensível de alguns itens levou agentes do Arquivo Nacional a procurarem o Departamento de Justiça, que organizou uma investigação em poucos meses.

Em junho, assistentes de Trump entregaram mais documentos durante visita de agentes do Departamento de Justiça na residência do ex-presidente em Mar-a-Lago, na Flórida. As buscas terminaram em 8 de agosto com o saldo de 26 caixas, incluindo 11 conjuntos de itens marcados como secretos. Um deles tinha o mais alto nível de classificação, o de ultrassecreto.

A investigação ainda está em andamento e, segundo o NYT, isso sugere que alguns integrantes do governo acreditam que ainda há mais documentos escondidos com Trump.

Pela legislação dos Estados Unidos, todos os itens oficiais continuam sendo de propriedade do governo e precisam ser entregues ao fim do mandato.

Dois ex-integrantes da Casa Branca tentaram facilitar o retorno dos documentos, mas Trump descrevia aquelas caixas como se fossem dele, segundo três fontes afirmaram ao NYT.

Na segunda-feira passada, o ex-presidente Trump entrou com uma ação exigindo que uma parte independente examine os arquivos que o FBI apreendeu em sua mansão na Flórida. Trump diz ser alvo de uma investigação por motivos políticos.